



Número: **0001323-76.2025.2.00.0814**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **07/03/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização - Extrajudicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PARÁ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - TJPA (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58853 49	05/05/2025 12:09	Ata de Reunião - Regularização Fundiária Rural 08.04.2025	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL		
CONVOCADO POR: DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA – CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA		DATA: 08.04.2025
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA	CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA	PRESENCIAL
ANDRE LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA	JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	PRESENCIAL
HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	PRESENCIAL
LUCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ DE DIREITO	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO	ONLINE
HERENA CORREA MELO	MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	PRESENCIAL
LUCIANA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
MARIEL MELLO	CODM	ONLINE
ERICA LEAL	CODM	ONLINE
DANILO SOARES	SPU	PRESENCIAL
FLAVIO RICARDO AZEVEDO	ITERPA	ONLINE
MARIO TITO ALMEIDA	INCRA/NORDESTE DO PARÁ	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
IBRAHIM ROCHA	PGE/SECRETARIA	PRESENCIAL
AHAROM ALCOLUMBRE	SUDAM	PRESENCIAL
RENATA RODRIGUES ALMEIDA	RI CAPITÃO POÇO	PRESENCIAL
ETELVANA ALVAREZ	RI ANANINDEUA	PRESENCIAL
MOEMA LOCATELLI BELLUZZO	PRESIDENTE DA ANOREG/PA	ONLINE
CLEOMAR MOURA	1º RI DE IMOVEIS DE BELEM	ONLINE
BRUNO RIBEIRO GUEDES	RI CASTANHAL	PRESENCIAL
MYRZA TANDAYA NYLANDER PEGADO	CRI/PA	ONLINE



MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
ROSA PAES	ITV/VALE	PRESENCIAL
HERON WAGNER MACEDO	MUNICÍPIO PORTEL	ONLINE
FLAVIA SILVA	MUNICÍPIO ANANINDEUA	PRESENCIAL
GLEICE PINTO	MUNICÍPIO CAMETÁ	ONLINE
ANAZELIO MORAES DINIZ	MUNICÍPIO CAMETÁ	ONLINE
ALAN ALHO	MUNICÍPIO CAPITÃO POÇO	ONLINE
MILLIE KLAUTAU	COHAB	ONLINE
LENA VANIA	OUVIDORIA AGRARIA	PRESENCIAL
ALVARO ALVÃO	SECRETARIA DE INFORMATICA	PRESENCIAL
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA – SECRETÁRIA	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA – SECRETÁRIA	PRESENCIAL

ASSUNTOS DISCUTIDOS

1. **Consulta à ALEPA sobre legislação que define o território dos municípios** – foi solicitada auxílio do ITERPA junto à ALEPA por meio do ofício 059/2025-CGJ, conforme deliberado em reunião de 09.01.2025. Sem resposta até o momento
Situação: Iterpa e representante da Alepa devem se manifestar
2. **Informações sobre celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre Iterpa e todas as superintendências do Incra no estado do Pará** sobre a emissão do CCIR nos títulos expedidos pelo Iterpa. Apresentação de cronograma
Situação: Iterpa e os representantes do Incra devem se manifestar
3. **Encaminhamento aos membros da extração dos dados dos *shapefiles* dos 47 municípios fornecidos pelo Iterpa** - os arquivos estão com a Secretaria de Informática através do PA-MEM-2025/00956, reiterado pelo ofício 092/2025-CGJ (PA-MEM-2025/10776). Foi identificado, na ultima reunião, que não existiam as informações ref às áreas patrimoniais e a área de Cachoeira Porteira. Foi designado 10 dias de prazo para encaminhamento além de interlocução com a Secretaria de Tecnologia e Informação do TJPA
Situação: Iterpa e Secretaria de Tecnologia, Informação e Comunicação **devem** se manifestar
4. **Titulação do quilombo de Sucurijuquara** – informações sobre grupo de trabalho específico criado para tratar do assunto entre Codem, Incra, SPU e Anoreg.
Situação: Codem, Incra, SPU e Anoreg devem se manifestar



5. Apresentar informações sobre o trabalho do Núcleo de Regularização Fundiária

Situação: CGJ deve se manifestar

6. O que ocorrer

DELIBERAÇÕES

A REUNIÃO SE INICIOU ÀS 09H20

Transcrição realizada com o auxílio das ferramentas *Transkriptor e Zeus*:

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Bom dia a todos os presentes. Nós vamos dar início à nossa reunião. Eu só vou pedir, por gentileza àqueles que participam remotamente, para facilitar posteriormente o processo de degravação da nossa reunião, que por favor mantenham os microfones desligados e liguem os microfones apenas quando forem efetivamente fazer uso da palavra. Muito obrigado.

DESEMBARGADORA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA – CGJ - Bom dia a todos. É com grande satisfação que dou início a esta reunião do Grupo de Governança Urbana e Rural da Corregedoria Geral de Justiça. Primeiramente, gostaria de agradecer a presença de todos os representantes das diversas instituições que compõem este importante grupo. A união de esforços entre o Poder Judiciário, os órgãos fundiários, o Estado, os municípios, os delegatários e as demais instituições aqui representadas é essencial para enfrentarmos os desafios fundiários do nosso Estado. Cada instituição aqui presente traz consigo conhecimentos específicos e experiência valiosa que, quando compartilhados, nos permitem avançar significativamente nas soluções que buscamos. A participação efetiva de todos não é apenas bem-vinda, mas fundamental para garantirmos o aprimoramento das políticas fundiárias do nosso Estado do Pará. É através deste diálogo interinstitucional, que conseguiríamos desenvolver estratégias mais eficazes para a regularização fundiária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a pacificação social em nosso Estado. Nesta reunião, daremos continuidade ao debate já iniciado anteriormente, buscando avanços concretos nas propostas já apresentadas e novas iniciativas que possam surgir de nossa colaboração. Agradeço mais uma vez pela dedicação de todos e declaro aberta a presente reunião do Grupo de Governança Urbana



e Rural da Corregedoria Geral de Justiça. Meu muito obrigado pela presença de todos. Agradeço. Peço também licença a todos os juízes aqui presentes, Dr. Horácio, Dr. André, Dr. Lúcio Barreto, que é membro também, e vão continuar com a reunião, pois vou precisar me retirar. Muito trabalho na Corregedoria. Muito obrigada, bom dia a todos.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Bom dia, mais uma vez. Nós vamos dar início, então, com a nossa pauta do Grupo de Reunião de Governança Fundiária Rural. O primeiro item da nossa pauta, ele trata, mais uma vez, da consulta à ALEPA sobre a legislação que define o território dos municípios. Foi solicitada em reunião passada o auxílio do ITERPA junto à ALEPA por meio do Ofício nº 59/2025, mas, conforme informado pela nossa secretária, até o presente momento nós não obtivemos resposta. Eu indago se o ITERPA se encontra presente. Dr. Flávio, acredito que esteja remoto.

FLÁVIO RICARDO – ITERPA – Bom dia a todos. Desejo uma excelente reunião a todos para que a gente possa avançar nas nossas pautas. Dr. André, nós enviamos sim um ofício com algumas informações. A gente sabe que se trata de uma competência da Assembleia Legislativa. O que foi que nós incluímos no ofício? Nós tivemos a cautela de colocar nossa equipe para fazer uma pesquisa minuciosa sobre as origens dos municípios do Pará, dos 144 municípios. E no ofício, uma pesquisa oficial feita pelo IBGE. E no ofício, nós incluímos, inserimos essa pesquisa, Dr. André.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Entendi, mas já houve alguma resposta por parte da Assembleia, Dr. Flávio?

FLÁVIO RICARDO – ITERPA - Não, não, não. Eu acho que a gente teria que encaminhar um ofício diretamente para eles, que a gente também está com essa dificuldade. Então, para não ficarmos parados, a gente se adiantou, fez a pesquisa junto ao IBGE, e nos dados do IBGE a gente tem esses dados, essas informações sobre a criação dos municípios, inclusive as leis que criaram. Então, a gente já tem essas informações, não concedidas pela ALEPA, mas por uma pesquisa feita junto ao IBGE.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Então, eu indago aos membros



presentes se essa pesquisa que o Dr. Flávio realizou, ela supre a finalidade pela qual foi solicitada essa diligência junto à Assembleia Legislativa. Dr. Girolamo, Dr. Solano?

MARIO SOLANO – FAEPA - Bom dia a todos. Dr. André, não tivemos acesso, então... Foi encaminhado para a Assembleia e não temos acesso ao que foi pesquisado. E o assunto aqui é sobre definição de território dos municípios. Não é só a questão da legalidade da legislação que criou os municípios, e sim do território, do polígono dos municípios. É isso que importa para nós e principalmente para a sociedade de cada município. Obrigado.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ – Obrigado, Dr. Solano. A Assembleia Legislativa, ela já formalmente está designada para integrar o núcleo. Todavia, o nosso grupo de governança, todavia nós não tivemos ainda resposta acerca de quem virá a ser o representante do Poder Legislativo Estadual junto ao nosso grupo. Então, por essa razão, o que nós vamos fazer: acho que, a título de deliberação, já para buscar uma solução, acredito que nós, da Corregedoria, vamos tentar diligenciar junto à Presidência da ALEPA, para que nós possamos ter essa indicação desse representante no nosso grupo e, a partir daí, ter acesso a essa pessoa para que ele possa diligenciar e nos trazer essa informação que nós estamos almejando. Prof. Girolamo, por favor.

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI - Eu concordo que precisamos conhecer o território. Agora, eu acrescentaria no ofício o *shapefile*. Parece chato, mas é que sem isso a gente não sabe onde fica. Nós podemos sim ter uma descrição do território como acidente geográfico do começo do século passado, que hoje podemos até ter alterado a sua localização real. Portanto, *shapefile* é fundamental porque isso permite fazer uma integração com os outros bancos de dados, como o SIGEF, SICARF, etc, muito etc nisso. Obrigado. Acho que era isso que o Dr. Solano queria dizer, com certeza.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ – Dr. Ibrahim quer a palavra. Pois não?



	IBRAHIM ROCHA - PGE - Bom dia. Só queria reiterar, temos muitos membros novos, que houve uma reunião na Assembleia Legislativa junto com o IBGE, justamente que havia necessidade de fazer um convênio com o IBGE para a atualização desses dados. Porque, na verdade, isso influi na base cartográfica nacional. Então, o órgão, digamos assim, mais adequado, embora possa ter informação, que é importante para ajudar, eventualmente, mas o órgão que é o responsável é o IBGE. E teve essa conversa na ALEPA. Então, na verdade, acho que a nossa cobrança, e aí, quando for feito o membro, é justamente como está esse diálogo, porque existe um passo legal necessário a ser feito junto com o IBGE. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - O senhor participou dessa reunião lá? IBRAHIM ROCHA – PGE - Eu participei dessa reunião, e não andou. Inclusive, acho que o Dr. Tiago, não tenho certeza se o Dr. Tiago estava, mas estava alguém do ITERPA com a gente, e aí nós dissemos isso também, reiteramos essa necessidade de que fosse de fato feito esse convênio. O IBGE veio. Inclusive, o representante do IBGE que veio, foi do Rio de Janeiro, da sede do Rio de Janeiro do IBGE. Somente deixando claro isso, que era função institucional, que se colocava à disposição e etc, etc. Então, na verdade, a ALEPA tem que fazer esse trabalho. ANDRÉ LUIZ FILO CREÃO - CGJ - Então, eu acredito que nesse ofício que a gente vai encaminhar para a ALEPA, a gente deva fazer referência a essa reunião. Se o senhor, inclusive, tiver alguma memória dessa reunião por escrito, alguma coisa, por favor, peço que o senhor encaminhe para a gente, que a gente vai tentar já subsidiar para facilitar esse caminho institucional, porque a gente sabe que isso pode acabar passando por setores e acaba não chegando no destinatário final como deveria chegar. Se o senhor tiver essa informação, a título de colaboração... IBRAHIM ROCHA – PGE - Salvo engano foi tratado na comissão, tem uma comissão própria na ALEPA, inclusive, acho que é comissão de limites, alguma coisa assim.
--	---



ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Pronto, então nós vamos diligenciar internamente. Profa. Luly, pois não?

LULY FISCHER – UFPA - Só para dizer que a gente está fazendo alguns materiais com o ITV e com o próprio Ministério da Justiça e isso envolve limites municipais. Então, a gente verificou essa informação independentemente para esse estudo lá na ALEPA. Então existe realmente uma comissão. Toda a base de dados legal está digitalizada. Então eles não mexem mais com os livros antigos, trabalham com a documentação digitalizada. Ela está acessível para consulta. O que não significa, como o Prof. Ibrahim falou, que existem dados espacializados sobre esse tema. Se vocês quiserem ir em grupos de trabalho menor para que isso não cause problema na pauta, a gente pode mostrar os quatro municípios que a gente já fez e quais são as diferenças que existem entre o que está na legislação, o que está na base do IBGE, para que vocês entendam as discrepâncias que aparecem, as dificuldades que aparecem. Então assim, só para dizer, nós temos desses 144, 4 diagnosticados pela nossa equipe lá da clínica. Então, isso dá uma amostragem, ainda não representativa, do problema que nós temos de como poder fazer o encaminhamento. Só queria fazer um adendo, que o que me preocupa nesse debate, Dr. Ibrahim, que é um profundo conhecido da legislação, é que o IBGE tem finalidade estatística e cartográfica demonstrativa, e não legal. E a delimitação dos municípios é um trabalho técnico porque ele gera direitos e obrigações. Então, o que me gera uma dúvida é em que medida o convênio com o IBGE, considerando a atribuição legal do IBGE, vai suprir essa demanda da falta de precisão dos municípios. Porque, inclusive, parte dos conflitos que a gente gerencia são conflitos causados pela forma como o IBGE adota os dados, e que não representa necessariamente a questão legal. Então, assim, só para colocar esse ponto.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Pois não, Prof. Ibrahim.

IBRAHIM ROCHA – PGE – Isso. Inclusive, muito importante esse dado. Inclusive, foi esclarecido pelo IBGE. Disse assim “olha, se tem algum tipo de conflito e se justificar, quem resolve são vocês, o Poder Legislativo. Nós só colocamos o dado”. Então, assim, ele traz toda a base, vai ouvir, etc e tal, mas quem define mesmo é o poder legislativo. Então, assim, nós sabemos que nesse momento não pode



	se meter porque a competência legal é de vocês. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - É questão de controle legislativo. IBRAHIM ROCHA - PGE - Exato. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Então, nós vamos tentar diligenciar junto a essa comissão da ALEPA, que nos foi informada, a comissão de limites, está certo? Nós vamos diligenciar, inclusive, acredito que para tentar solucionar, acho que até uma diligência pessoal, procurar o presidente dessa comissão para mostrar a importância do que está sendo debatido aqui no grupo de governança e demonstrar também a imprescindibilidade da atuação do Poder Legislativo, que, ao fim e ao cabo, é quem vai dar a palavra final a respeito do tema e trazer a solução que todos nós almejamos, está certo? Então, fica essa deliberação, Paola, de que nós vamos encaminhar um ofício para a ALEPA, mas vamos fazer uma visita, inclusive, lá nesta comissão para tentar fazer com que essa pauta possa caminhar, está certo? Fica mantido, então, o item da nossa pauta. Dr. Horácio? HORÁCIO LOBATO - CGJ - Pois bem, então, bom dia, mais uma vez, a todos e a todas. É um prazer, mais uma vez, estar aqui presente nesta reunião. Gostaria de saudar Dr. Lúcio Guerreiro, que é membro efetivo do nosso núcleo, até porque ele é um dos responsáveis pela existência desse grupo de governança. Se hoje estamos aqui, muito passa pela idealização do Dr. Lúcio. Mas dando sequência a pauta, vamos ao item 2, que trata sobre o ACT, o Acordo de Cooperação Técnica entre ITERPA e as superintendências do INCRA no estado do Pará, Belém, Santarém e Marabá. E, por conta disso, eu peço para que tanto os representantes dessas instituições do ITERPA e das superintendências do INCRA possam nos dar a posição em que essa pauta está evoluindo, se é que já houve algum ato concreto. Por favor, doutores. Dr. Flávio, perdão. Eu acho que alguém está com o microfone ligado dos presentes de forma online. Eu acho que é Breu Branco. Fechou? Pronto. Então, por favor, Dr. Flávio. FLÁVIO RICARDO - ITERPA - Doutor Horácio, essa é uma pauta da reunião anterior, e nós ficamos de lhes posicionar sobre essa questão. A gente já vem enfrentando essa questão e já vem
--	---



executando. A nossa equipe, ela já vem fazendo CCIR, já está habilitada para fazer CCIR, inclusive nas áreas do INCRA Belém. Inclusive já tem essa relação e já tem a execução de cursos em que servidores do INCRA estão nos ensinando, os servidores do ITERPA, a inserir o CCIR após a nossa titulação. E como é que nós estamos executando? Vamos encerrar INCRA-Belém e depois vamos passar para as outras superintendências, INCRA-Santarém e INCRA-Marabá. Para quê? Para que quando o ITERPA expeça o título, ele já expeça com os dados do CCIR para facilitar o registro.

HORÁCIO LOBATO – CGJ - Ok. Dr. Tito, por favor. Eu já lhe passo a palavra depois, Dra. Moema. Sei que a senhora está com a mão levantada.

MARIO TITO – INCRA - Bom dia para todos. O Dr. Flávio já sistematizou as informações fundamentais, mas é só para dizer que na última reunião foi solicitado uma espécie de cronograma e a gente executou já essas atividades. Tanto é que no dia 25 e 26 de março agora, houve exatamente aquilo que o Dr. Flávio falou da capacitação dos servidores do ITERPA. Agora, o interessante é, ao capacitar os servidores do ITERPA pelo INCRA-Belém, nós já estamos capacitando para trabalhar também nas outras superintendências, porque o ITERPA é o único para o estado do Pará. Agora, o que vai faltar, qual é o cronograma das atividades agora? Esse mês de abril é para finalizar esse cadastramento dos servidores do ITERPA no Sistema Nacional de Cadastro Rural, o SNCR, e tudo isso vai levar o mês de abril, mas em maio começa efetivamente o trabalho de cadastramento. Então, nós consideramos que o ACT com o INCRA-Belém foi totalmente encaminhado. Qual é a nossa ideia? Dr. Flávio levantou. A nossa ideia é que, a partir desse piloto que está sendo feito em Belém, possa se trabalhar Marabá e Santarém. Em conversas com os outros superintendentes, a gente já viu que é possível isso. Então, vai dar uma celeridade muito grande a esses entraves que estavam acontecendo com relação a esse cadastramento.

HORÁCIO LOBATO – CGJ - Aproveitando a oportunidade, Dr., dentro dessa idealização de servir como um projeto piloto, algo que vai ser replicado, multiplicado para as outras superintendências. Eu lhe indago, indago também ao Dr. Flávio: existe alguma perspectiva de



prazos, até para nós trabalharmos com o cronograma, quando a gente pode pensar que essa replicação desse projeto chegará efetivamente às outras duas superintendências?

MARIO TITO – ITERPA - Aí, na verdade, é como se no jogo de futebol e a bola estivesse com o ITERPA. A gente já preparou todo o campo, já deu acesso, já está finalizando e agora é a operacionalização do próprio ITERPA. Quer dizer, a gente já fez tudo. Eu acredito que o Dr. Flávio vai poder dizer isso com relação à celeridade pelo ITERPA. Agora, não significa que tem que terminar Belém para começar Marabá. A gente pode fazer esses procedimentos mais iniciais agora, mas do ponto de vista do INCRA, o INCRA-Belém está tudo ok.

HORÁCIO LOBATO – CGJ – Perfeito. Dr. Flávio?

FLÁVIO RICARDO – ITERPA - Perfeito, é isso mesmo. Aproveito e agradeço o colega do INCRA. Os trabalhos estão bem avançados. Agora, com relação à gente iniciar os trabalhos com os municípios da superintendência de Marabá e Santarém, a gente ainda não tem um cronograma, porque ainda estamos assimilando a questão de Marabá, como o colega do INCRA falou. Nós estamos inserindo, estamos em treinamento nesse piloto. Então, após a nossa consolidação, nós vamos passar para INCRA-Santarém ou INCRA-Marabá. Mas, no momento, a gente ainda não tem esse cronograma.

HORÁCIO LOBATO – CGJ - Certo. Mas o cronograma, pode ficar a encargo do ITERPA estabelecer esse canal de diálogo com as superintendências?

FLÁVIO RICARDO – ITERPA - (inaudível)...esse canal, tanto com Santarém quanto Marabá, mas inicialmente a gente precisa concluir esse trabalho com Marabá, para que a gente possa avançar posteriormente para as outras superintendências. Então, eu não tenho como lhe passar um prazo ou um cronograma posterior desse avanço dos trabalhos.

HORÁCIO LOBATO – CGJ - A gente pode fazer da... Eu já lhe passo a palavra, Dra. Moema. Só lhe indago, Dr. Flávio, se nós podemos



	estabelecer que na próxima reunião o senhor já nos apresenta um cronograma mais detalhado desse aspecto? FLÁVIO RICARDO – ITERPA – Dr. Horácio, não sei se detalhado, mas posso lhe trazer alguma coisa mais avançada. HORÁCIO LOBATO – CGJ - Mais avançada, ok. Podemos ficar dessa forma? FLÁVIO RICARDO – ITERPA - Podemos sim, com certeza. HORÁCIO LOBATO – CGJ - Certo. Dra. Moema? MOEMA BELLUZZO – ANOREG/PA - Bom dia a todos e a todas. Estão me ouvindo bem? HORÁCIO LOBATO – CGJ - Perfeitamente, doutora. MOEMA BELLUZZO – ANOREG/PA - Eu só queria fazer um pedido, se fosse possível, Dr., para constar em ata que eu acho que são 48 títulos de quilombolas que foram expedidos nessa gestão pelo Estado do Pará e nós precisamos do CCIR, porque a gente teve como um dos pilares da Semana Solo Seguro do ano passado registrar esses títulos, e foram registrados sem CCIR. Então, a gente precisa de um compromisso que esses CCIR sejam expedidos e enviados aos cartórios para que a gente possa averbar e regularizar essa situação. HORÁCIO LOBATO – CGJ - Certo. Dr. Flávio, sobre a demanda suscitada pela Dra. Moema. FLÁVIO RICARDO – ITERPA - Justíssimo, Dra. Moema. Vamos fazer o seguinte: já vou conversar com a nossa equipe para que eu possa lhe dar uma posição, mas assim, já estava no nosso radar para que a gente efetivasse esses CCIRs para os títulos quilombolas. Na verdade, nós vamos fazer isso para os agora, que nós vamos expedir todos os títulos coletivos, tanto os assentamentos como os títulos de reconhecimento quilombola. Mas vamos deixar no radar. Dra. Moema, eu peço, eu vou entrar em contato contigo para a gente saber como é que a gente pode instrumentalizar melhor. Mas aí eu preciso também entender um pouquinho mais como é que está o
--	---



	avanço, como é que está o aprendizado e o avanço dos trabalhos feitos lá com os colegas do ITERPA, para que a gente possa depois passar para o Recursos de Reconhecimento Quilombolas. HORÁCIO LOBATO – CGJ - Certo. Então, Dr. Flávio, Dra. Moema, nós podemos colocar isso como item para a próxima pauta de maio, para a nossa reunião de maio, como é que estarão os encaminhamentos e a instrumentalização disso? MOEMA BELLUZZO – ANOREG/PA - Os títulos que já foram expedidos especialmente do passado, não é? Estou me referindo a esses que já foram registrados. HORÁCIO LOBATO – CGJ - Exatamente desses que a senhora fez referência, doutora. MOEMA BELLUZZO – ANOREG/PA - Isso. Sim, Dr.. Obrigada. HORÁCIO LOBATO – CGJ - E só para espancar qualquer tipo de dúvida, é sobre isso que o senhor está falando também, certo, Dr. Flávio? Sobre esses do passado. FLÁVIO RICARDO – ITERPA - Exato, exato. Justíssimo. HORÁCIO LOBATO – CGJ - Ok, então pronto. Vamos restar consignado essa deliberação que para a próxima reunião já fica... Já lhe passo a palavra, professor. Já fica consignado que na próxima reunião o ITERPA irá apresentar juntamente com a ANOREG os encaminhamentos e a instrumentalização de como vai se dar a operacionalização dessa demanda. Por favor, professor. GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI - Eu gostaria antes de tudo de parabenizar essa iniciativa da ANOREG e do ITERPA. Acho que estamos caminhando no rumo certo. Portanto, a inserção do CCIR é fundamental. Só que sempre temos um pouquinho a mais, não é? Eu acho que, para obedecer integralmente às normas em vigor, além do CCIR, precisa de certificação do imóvel. Certificação, evidentemente, validada pelo INCRA e sua subida para o SIGEF, daquilo que já foi titulado e daquilo que virá a ser titulado. Portanto, é importante, talvez não será possível daqui até a próxima reunião
--	--



deste colegiado. Acho que daqui até lá o CCIR já é de bom tamanho, o compromisso. Porém, precisamos verificar um cronograma para que o ITERPA possa efetivamente se cumprir na integralidade das normas, reitero, e também inserir nas suas preocupações a certificação e validação por parte do INCRA, para poder efetivamente ter a segurança jurídica que todos nós queremos. Obrigado.

HORÁCIO LOBATO – CGJ - Ok. Então, a gente pode também consignar que colocaremos isso no nosso radar e na próxima reunião a gente já, a partir dos encaminhamentos e das instrumentalizações pensadas pelo ITERPA juntamente com a ANOREG, nós podemos pensar para o futuro como operacionalizar também a questão da certificação. Pode ser?

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI - Obrigado.

HORÁCIO LOBATO – CGJ - E a gente vai contar também com a colaboração valiosa e necessária do INCRA. Ok, Dr.? Então, dando continuidade à nossa pauta. Próximo item.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - O nosso item é o número 3 da pauta que diz respeito ao encaminhamento aos membros da extração dos dados dos *shapefiles* dos 47 municípios fornecidos pelo ITERPA. Eu vou conceder a palavra ao servidor do Tribunal, o Álvaro, para que ele possa fazer uma breve introdução e depois o Dr. Flávio poderá se manifestar.

ÁLVARO ALVÃO - SETIC - Bom dia. Dá para ouvir bem? Sobre o item 3, inicialmente nós tivemos acesso aos arquivos *shapefiles* de Ananindeua em alguns bairros. Daqui a pouco eu vou me direcionar ao notebook ali ao centro para fazer uma breve apresentação. Porém, os demais municípios que constam no anexo 3, nós não tivemos acesso. Eu conversei ontem com o Dr. Flávio Azevedo, aí ele mencionou que havia direcionado para a Corregedoria, no e-mail da Corregedoria, ainda ontem, o anexo 1 e o anexo 2. Só que, além de Ananindeua, realmente não encontrei essa informação. Sobre as ferramentas que nós poderíamos usar no âmbito do grupo de trabalho para visualizar esses arquivos *shapefiles*. Desde já eu agradeço a colaboração da Profa. Luly Fischer, da pesquisadora Rosa



	Paz, do ITV e do próprio Dr. Flávio, que foram muito gentis e prestativos, e nos ajudaram até a compreender melhor esse contexto. Então, nós podemos usar o Google Earth Pro, que é um aplicativo desktop que basta ser instalado no computador, no Windows, não precisa de nenhuma conta especial nem nada, não é pago, é gratuito. E também tem na nuvem o Google My Maps, que aí já precisaria ter uma conta do Google, provavelmente um Gmail, para fazer o acesso. Mas nada de mais, até porque essas contas são gratuitas também. Então aí fica a critério. Não são ferramentas também que se excluem mutuamente. Podem ser usadas ambas, de acordo com a conveniência. Eu vou me direcionar ao centro só para mostrar mais uma dúvida que eu tive durante a análise dos dados, porque o nome dos arquivos <i>shapefiles</i> correspondem a alguns códigos que eu acredito que foram ali colocados ou pelo ITERPA ou por algum outro órgão, mas que não remetem a um número de processo, ou um número de CPF, ou um número de CNPJ, algo assim que teria uma semântica conhecida. Então, quando é feita a importação nos aplicativos que vão ser feitas as visualizações desses arquivos, O que aparece nos mapas como descrição são esses nomes dos arquivos SHP. Então, nesse sentido, eu acho que é interessante eu mostrar e vocês verificarem se seria necessário fazer algum pós-tratamento nisso. Renomear, se for o caso, acrescentar uma informação. Eu não fiz de todos porque somente desses bairros de Ananindeua excedem 4.600 arquivos. Então, são muitos polígonos. Então, eu vou fazer apenas de uma amostra. A metodologia que foi utilizada para essa amostra pode ser aplicada para o todo. E a gente pode dar sequência no trabalho. Só pedir licença para eu me deslocar até ali ao meio e dar continuidade. Nosso colega do apoio está por aí? Está mostrando ali na tela, não é? Não sei se quem está online também consegue ver. Bem, iniciando aqui pelos arquivos que foram recebidos via ofício do ITERPA, foram três ofícios para dar ciência das comunicações recebidas até agora no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Teve o ofício nº 735, o ofício nº 736 e o nº 738, todos de 2024, do ITERPA. Os três ofícios, eles apresentam os mesmos links. Então, por isso que eu agrupei. Então, é Paar Etapa 1, Guanabara 2021, Guanabara 2024, Jaderlândia 1 e Jaderlândia 2, totalizando aí 11 gigas. E aí todos os links estão funcionais. Vou pegar um deles de exemplo para mostrar como é que é a estrutura e o conteúdo do que foi compartilhado. Só aguardar um pouco. Olha, mostrar aqui como exemplo esse Paar
--	--



Etapa 1. Então, nós temos aqui, além desse Excel e desse PDF, essa pasta "QUADRAS". Aí tem várias subpastas. Vou pegar aqui a quadra 50. E aí dentro dessa quadra 50, também outras subpastas. O padrão de enumeração de processos do CNJ, que é nacional, esse padrão definido em resolução, são 20 dígitos. Então, eu já antecipo que não encontrei correspondência nessa numeração com o código do CNJ. Então, pode ser um outro identificador interno de algum outro órgão. Mas aqui temos peças técnicas, que são arquivos PDF, como "Memorial Descritivo", "Planta", mas os *shapefiles* estão aqui. As demais pastas onde está processo e número, eles têm também essa mesma estrutura. Peça técnica *shapefile*. Aí eu vou baixar esse arquivo .zip, que é um arquivo compactado, e dentro desse arquivo compactado .zip, que nós temos o arquivo shape e os demais arquivos acessórios que vão compor essa visualização. como esse CPG, DBF, mas o mais importante é esse SHP aqui, SHP de *shapefile*. Deixar ele concluir aqui. Pois bem. Onde eu queria chegar com relação ao nome? Se vocês perceberem, o nome do *shapefile*, que é esse arquivo SHP, está escrito "wnMB_ana_paa_q50..." Assim, como que é a dinâmica para a visualização de cada arquivo desses? Como eu mencionei, esse aqui é somente um arquivo. São 4.600 e mais um pouquinho (inaudível). Não é necessário adquirir licença ou qualquer outro tipo de custo envolvido. Então, um procedimento relativamente simples. Depois que a gente tiver definida a forma de trabalho, a CTIC se compromete a fazer para os demais arquivos e já deixar tudo prontinho para o grupo. Basicamente é aqui, importar, e você vai lá onde se encontra o arquivo. Ah, é por causa do formato aqui. Coloca aqui o formato, ele vai pegar aqui o *shapefile*. Internamente, o Google Earth, ele vai converter esse SHP para um outro formato, que fica depois até mais fácil de trabalhar nas outras ferramentas da Google. Então, você marca aqui. Deixa eu tentar aqui, que sem mouse é um pouquinho difícil. Mas aqui, lugares temporários, aquele arquivo, ele já está mapeado aqui, aquele "wnMB_shp", e na visualização à direita do Google Earth, ele vai corresponder a um polígono, uma forma geométrica que corresponde a uma área no mapa. Só estou tentando dar um zoom aqui. Rapidinho, espera aí. Menos? Eu acho que é o mais. Aqui. Vocês já conseguem perceber que tem uma delimitação bem aqui, onde a mãozinha está percorrendo aqui? Conseguiram ver? Então, esse polígono aqui, que dependendo da forma, pode ser um quadrado, um retângulo ou um outro, como está aqui, é o que



corresponde a um *shapefile*. Então, quando nós colocarmos todos os 4.600 e poucos ou mais, de acordo com os próximos que serão incluídos na pauta de trabalho, a gente vai consolidar todos eles em uma única visualização e vai permitir navegar entre eles para que cada um seja visto de forma individualizada aqui no mapa. E, como está integrado na plataforma de mapas do Google, aí pode fazer diversos tipos de outros tratamentos de informação. Tudo tranquilo. Só um momento aqui que o colega falou que para quem está online visualize, ele vai fazer um procedimento aqui. Fica à vontade. Vou só aguardá-lo então para não prejudicar quem está online. Acho que agora já deve estar disponível para quem está no Teams na chamada. Pois bem, retornando, ao fazer a importação, como é possível verificar aqui no lado esquerdo, o nome do arquivo que corresponde ao polígono é o nome do arquivo original que foi disponibilizado pelo ITERPA. Então, desse modo, quando nós tivermos todos os arquivos em conjunto disponíveis na ferramenta, a gente vai gerar um arquivo que o Google Earth produz e pode ser importado no Google Maps também, se for o caso, que consolida todos eles numa única visualização, podendo clicar em cada um e direcionar para fazer pesquisas. E basicamente é isso. Se até aqui atende aquilo que o grupo estará trabalhando, ou se é necessário fazer alguma complementação naquilo que nós temos disponível, ou se para além de Ananindeua, aqueles demais municípios lá, Abaetetuba, etc, que são do anexo 3, nós não tivemos acesso até o momento, se também seria necessário recebê-los, aí estamos à disposição aqui como CTIC.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Ok. Prof. Girolamo, Profa. Luly, a senhora poderia fazer aquele esclarecimento que a senhora fez aqui para a gente, para que nós possamos compreender melhor?

LULY FISCHER - UFPA - Assim, Álvaro, primeiro, parabéns, que eu sei do teu esforço para aprender a trabalhar com a documentação. Então, assim, os *shapefiles* que foram encaminhados são os *shapefiles*, e eu passo até à confirmação da Dra. Flávia que está aí, são os *shapefiles* dos polígonos internos e externos das REURBs que foram processadas pelo ITERPA e Ananindeua. Então, da mesma forma que existe o lote a lote, que é o que ele demonstrou aí, existe o polígono. Então, esse polígono maior, aparentemente, é o que está sendo demandado para saber qual é a área de atuação, por exemplo,



da comissão. E esses 47 que são encaminhados vão ser 47 polígonos, ou mais polígonos, dependendo, já que são 47 municípios e o município pode ter áreas contíguas ou não, dessa área maior. Então, é como se você tivesse que organizar essas demais informações pela área total e não pelas parcelas que compõem a área total. Entendeu? Então, por exemplo, Belém tem duas áreas patrimoniais, ou seja, na parte continental. Então, Ananindeua tem quantas? Essa lista vai corresponder por município a uma ou mais polígonos. Então, trazendo essas informações de base de dados, você consegue fazer essa espacialização. Seja no Google Earth ou no My Maps, que é um formato KML, que é o mesmo que é utilizado pelo CNJ. Então, eles são conversíveis. Então, como o Docx. que a gente tem, por exemplo, ou o LibreOffice, só para colocar. Então, o procedimento que você fez é perfeito nesse sentido. Precisa agora organizar a base, qualificar a base para disponibilizar a consulta. Então, é basicamente isso.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Obrigado, Profa. Luly. Então, o instrumental nós já adquirimos, não é? Graças ao trabalho de todos, do Álvaro, da equipe de informática aqui do tribunal, participação da Profa. Luly, da Dra. Rosa, do Dr. Flávio. Então, acredito que já foi um avanço. Agora, nós precisamos receber os demais arquivos do ITERPA. Assim, vou ouvir o Prof. Girolamo e, em seguida, o Dr. Flávio pode nos apresentar alguns esclarecimentos. Pois não, professor.

GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI - Eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar todo mundo e só dizer uma pequena coisa. Eu acho que nós todos, advogados, professores de direito, somos excelentes, modéstia à parte, na análise documental. Mas essa sopinha de letras que a Dra. Luly acabou de dizer, para nós ainda é meio estranho. Portanto, a necessidade de nós aprendermos a lidar com aquilo que uma amiga minha oriental de doutorado chama de geodireito, isto é, a parte documental e espacial, sempre mais é fundamental para nós advogados, para nós juízes e desembargadores, porque esta, evidentemente, é a realidade com a qual precisamos lidar. Não só com documentos... Título, só para a gente entender.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Escritos, não é?

GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI - É, não só escrito, mas também,



espacial, enfim. Resumindo com poucas palavras, aquilo que não sei dizer. Obrigado.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Ok, professor. Muito obrigado. Dr. Flávio, por favor. Só para... Se puder, por favor, colocar a tela de volta. Pois não, Dr. Flávio. Dr. Flávio, o seu microfone está... Nós não estamos ouvindo o senhor. Se o senhor puder repetir pra nós, eu lhe agradeço. Ainda está sem áudio, Dr. Flávio. Não sei se é aqui... Dr. Flávio? Estamos a ouvir o senhor. Agora sim.

FLÁVIO RICARDO - ITERPA - Doutor.

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Sim, estamos ouvindo o senhor.

FLÁVIO RICARDO - ITERPA - Agora estou escutando, então vamos lá. Eu entrei em contato aqui com a Dra. Soraya, Álvaro. A Dra. Soraya, tive esse contato com ela ontem. Ela está me dizendo que o *shapefile* que foi enviado tinha as bases. Tinha, mas assim, como não foi, o que que eu sugiro? Aqui tu entras para que a gente faça essa costura com o Álvaro e o setor técnico para receber, porque elas estão me informando, inclusive o gabinete está me informando aqui, que foram enviados esses *shapefiles*. Eu não sei o que aconteceu. Pode ter alguma... algo relacionado à parte de informática. Mas eles estão me confirmando que o *shapefile* realmente era aquele. Então, o que eu sugiro, Dr. André e Dr. Horácio: que eu coloque em contato direto o Álvaro com a Dra. Soraya, que é a nossa técnica, que fez essa construção de todos os *shapefiles*, para que a gente já encaminhe de uma vez por todas. Só recordando que as léguas patrimoniais, a grande maioria dessas léguas patrimoniais, foram efetivadas sem o procedimento do georreferenciamento. As léguas patrimoniais, a partir de 2019, na gestão do Dr. Bruno Kono, a gente já exige o georreferenciamento, então a gente tem essa precisão. Algumas anteriores, a gente não tem essa precisão. Então, é importante que a gente tenha essa informação em mente, que não é preciso. Então, o que eu sugiro, Dr. André? Estou conversando aqui com a Dra. Soraya, ela já vai entrar em contato com o Álvaro para saber o que



	aconteceu, para que eles conversem e o Álvaro receba de uma vez por todas todos esses dados das léguas patrimoniais que nós temos. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Ok. Álvaro, você tem o contato da Dra. Soraya direto? ÁLVARO ALVÃO - SETIC - Tenho sim. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Então, como deliberação, nós vamos então já deixar pautado para a próxima reunião que você traga todos esses arquivos que você vai receber do ITERPA, já devidamente catalogados, e você vai demonstrar aqui, para todos os membros da comissão, a forma como eles podem ter acesso, de uma maneira bem didática, como você fez hoje aqui, e assim todos vão aprender e ter acesso ao documento, que é o que nos cabe aqui enquanto comissão. E a partir disso, o uso que nós vamos fazer dele, cada membro vai adotar as medidas que tem na cabeça. Pois não, Álvaro. Pode falar. ÁLVARO ALVÃO - SECRETARIA DE INFORMÁTICA TJPA - Doutor André, eu gostaria só de esclarecer se o grupo possui no momento alguma equipe no nosso Teams Corporativo do Tribunal para troca de mensagens, compartilhamento de arquivos, ou ainda não. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Você pode encaminhar direto para o Teams da Paola, que é a pessoa que secretaria o nosso grupo de governança, está certo? Ela é o nosso ponto focal dentro da Corregedoria. ÁLVARO ALVÃO - SETIC - Eu perguntei isso porque seria uma forma de facilitar dentro do Teams e assim as pessoas que vão ter acesso são apenas aquelas que fazem parte desse grupo.
--	---



ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Muito boa. A sua ideia é muito boa porque o que nós podemos fazer posteriormente? Uma vez coletadas e sedimentadas essas informações, a gente cria um grupo dentro do Teams, e assim as pessoas que vão fazer parte desse grupo. Está certo? Então, já fica como uma projeção do que nós iremos fazer tão logo esses dados estejam consolidados e à disposição, está certo? Então, fica essa deliberação. Dr. Horácio?

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Pois bem. Então, dando sequência, passaremos ao item 4 da nossa pauta, que trata da titulação do quilombo de Sucurijuquara. Nesse item específico, é necessário esclarecimento, informações sobre o grupo de trabalho que foi criado e que é composto pela CODEM, INCRA, SPU e ANOREG. Temos alguma novidade sobre esse item, sobre esse assunto? Por favor. Foi deliberada alguma coisa sobre esse item ao longo desses dias?

MARIO TITO - INCRA - Não, ao longo desse processo que houve de dias entre a última reunião e agora, não. Nós estamos aguardando que haja uma deliberação da parte do INCRA. Só sei lhe dizer, só posso informar, na verdade, com relação específica, porque o grupo de trabalho era muito mais do que Sucurijuquara. Era entender um pouco a dinâmica de Mosqueiro, inclusive. Mas, com relação a Sucurijuquara, o nosso setor quilombola não tem nenhuma novidade. A pauta não avançou, não foi feito nenhum avanço com relação a demandas do movimento quilombola ao INCRA. Então, a gente ficou parado porque não há demandas maiores com relação a isso.

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Certo.

MOEMA BELLUZZO - ANOREG/PA - Dr. Horácio?

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Pois não, Dra.?



MOEMA BELLUZZO - ANOREG/PA - Desculpa, mas esse grupo, esse assunto, até eu olhei na pauta, eu não sei se é porque eu caí na última reunião, mas falei também com os outros que estavam em nome da ANOREG. Para nós não foi passado nada. Existe um grupo tratando disso?

HORÁCIO LOBATO - CGJ - O que houve na deliberação na reunião anterior é que essas instituições, a ANOREG inclusive, compusessem esse grupo de trabalho para tratar especificamente desse tema.

MOEMA BELLUZZO - ANOREG/PA - E quem está coordenando esse grupo? Existe uma coordenação?

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Não. Isso ficou a critério de vocês, CODEM, INCRA, SPU e ANOREG, para que conjuntamente fizessem as tratativas, as deliberações e nos trouxessem o que havia sido deliberado, o que havia sido encaminhado.

MOEMA BELLUZZO - ANOREG/PA - Eu vou entrar em contato com o pessoal para ver se a gente consegue fazer um grupo, então. Eu acho que não foi feito nada, Dr..

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Então, podemos postergar para a próxima reunião para que vocês façam essas tratativas e nos tragam os encaminhamentos na próxima. Pode ser?

MOEMA BELLUZZO - ANOREG/PA - Sim, doutor. Já tem reunião para a próxima? A data marcada para a próxima reunião?

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Aproveitando o ensejo, provavelmente a confirmar, a gente confirma até o final da reunião, será no dia 22 de maio de 2025. Às 10 horas o Grupo de Governança Rural e, às 11 horas, o Grupo de Governança Urbana. Só para fins de esclarecimento, já adianto a questão da data, porque nas duas



primeiras semanas do mês de maio, nós estaremos envolvidos com o programa Registre-se. que acontecerá entre os dias 12 a 16. Aliás, vai acontecer ao longo de todo o mês de maio, mas tem como semana concentrada os dias 12 a 16 de maio. Então, por conta disso, a próxima reunião ficou para segunda quinzena do mês. Por favor, Dr..

MARIO TITO - INCRA - Dr. Horácio, é só pra gente encaminhar bem essa questão do Sucuriçuquara. Para deixar bem claro, desde o início eu venho falando isso. No INCRA há apenas um inicial de manifestação, não há nenhum interessado direto. A gente está meio que, sabe, parado, porque a gente não pode avançar uma pauta que não tem o interessado bem claro. Só se falou isso. Então, eu sempre estive em contato com o nosso setor quilombola e a gente sempre fica perguntando “mas quem é que está puxando?”, etc e tal. Então, a gente ficou em *stand-by*. Talvez essa comissão possa discutir um pouco mais esse grupo de trabalho. Mas a CODEM é fundamental estar aqui, porque mexe com o município de Belém.

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Certo. Dr. Ibrahim?

IBRAHIM ROCHA - PGE - Pois é, inclusive, exatamente, porque existe um procedimento de um interessado. Pelo que eu ouvi falar na última reunião que eu participei, que eu vou ver essa situação, foi assim, houve uma suscitação que havia essa comunidade lá, e, logicamente, teve os interesses patrimoniais dela e sociais a serem garantidos, mas eu não sei se existe uma associação que está demandando. Alguém que, de repente, represente. Assim, realmente, fica complicado para os órgãos encontrarem uma demanda, se é um sujeito que está reivindicando direito. Eu sei que existe na comunidade, etc., mas, talvez, não se assista à organicidade do requerimento, entendeu? Acho que isso precisa ser esclarecido para o grupo também.

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Então vamos fazer o seguinte. A Corregedoria se compromete a trazer na próxima reunião todas essas demandas, esses requerimentos, apresenta, expõe formalmente aqui e a partir daí a gente traça as diretrizes que



deverão ser encaminhadas. Pode ser dessa forma? Se porventura, se não houver o requerimento, se não houver a demanda, fica inclusive superado esse item. Pode ser? Dra. Moema? Ok.

MOEMA BELLUZZO - ANOREG/PA - Sim Dr., sim.

HORÁCIO LOBATO - CGJ - Ok. Dr. André?

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO - CGJ - Nosso item número 5 da pauta é sobre algumas informações a respeito do trabalho do Núcleo de Regularização Fundiária. A gente contextualiza que esse núcleo de regularização fundiária da Corregedoria, ele teve como finalidade figurar como espaço de articulação técnica institucional, visando trazer e formular medidas normativas estratégicas relacionadas à regularização fundiária no nosso estado. Ele também guarda uma nítida e íntima correlação com esse nosso grupo de governança fundiária. Então, nós podemos destacar que as principais atividades desenvolvidas no âmbito deste núcleo de regularização foram análise e elaboração de provimentos normativos. Houve discussão no âmbito do grupo sobre minutas de provimentos relativos a bloqueio, cancelamento e requalificação de matrículas imobiliárias, inclusive gerou o Provimento nº 6 da nossa Corregedoria Geral de Justiça, que trouxe uma nova disciplina a respeito de requalificação de matrículas, inclusive trouxe previsão expressa a respeito da requalificação simplificada no âmbito dos bloqueios de matrículas que ocorreram em virtude do Provimento nº 13 de 2006. Além disso, esse grupo, esse núcleo, ele tem atuado na sensibilização e na capacitação de diversos municípios na busca por efetiva implementação de regularização fundiária no nosso estado, além de trabalhar também com propostas de cooperação institucional e diálogo entre os municípios, especialmente aqueles que já formularam acordos de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Então, em síntese, são essas as atividades que o núcleo já desenvolveu, valendo destacar que este núcleo guarda uma íntima relação com o nosso grupo de governança fundiária. Muitos dos membros do núcleo atuam também no nosso grupo, de modo que é uma associação que a gente pode dizer que é uma relação praticamente casada entre o núcleo de regularização e



	o nosso grupo de governança fundiária. Está certo? Então eram esses os esclarecimentos que nós gostaríamos de apresentar nesta reunião aos senhores no que diz respeito a este nosso item. Então, este era o nosso último item que nós tínhamos para debater na parte rural. Eu indago, no que ocorrer, se há algo que os senhores gostariam de deliberar, se há alguma coisa que os senhores têm a destacar ainda. Não havendo, não havendo nada no que ocorrer, nós já vamos então deliberar, como o Dr. Horácio colocou, a nossa próxima reunião para o dia 22 de maio às 10 horas, está certo? Então, já estão todos devidamente cientificados a respeito da nossa reunião. Já iniciando- Pois não, Dra. Herena? Às 10 horas, Dra. Erena. Às 10 horas, por favor. A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 10H21 Gravação da reunião disponível no link https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=8344add17da5ae395bda&l=480&a=390
--	---

DELIBERAÇÕES:

Encaminhamentos	Prazo	Responsável
1. Expedição de ofício à Presidência da Alepa com cópia à Comissão de Limites Territoriais, solicitando definição formal de representante da Assembleia junto ao Grupo de Governança e reiterando a importância da delimitação territorial legal e georreferenciada dos municípios, sem prejuízo de se buscar agendamento de reunião presencial com o presidente da comissão	10 dias para expedição de ofício.	CGJ/PA
2. Informações sobre cronograma preliminar de expansão da emissão do CCIR a partir do projeto-piloto com a superintendência do INCRA-Belém	Próxima Reunião	INCRA E ITERPA
3. os encaminhamentos e instrumentos operacionais para expedição dos CCIRs referentes aos 48 títulos quilombolas já registrados.	Próxima Reunião	INCRA E ITERPA
4. Apresentação da visualização consolidada dos shapefiles dos 47 municípios, a partir dos dados	Próxima Reunião	Secretaria de Tecnologia da Informação e



a serem revalidados junto ao ITERPA, especialmente com a técnica responsável		comunicação do TJP
5. Criação de grupo no Microsoft Teams institucional, após consolidação dos dados, para compartilhamento seguro entre os membros	10 dias	CGJ/PA
6. Apresentação sobre a origem da demanda de apuração da regularização do quilombo de Sucuriçuara	Próxima Reunião	CGJ/PA
7. Compôr Grupo de Trabalho específico para tratar das informações relativas ao quilombo de Sucuriçuara	Próxima reunião	Codem, Incra E SPU E Anoreg

PROXIMA REUNIÃO

DATA: 22.05.2024	INÍCIO: 10H	FIM: 11H	LOCAL: TJP, SALA MULTIUSO, ANEXO 1
------------------	-------------	----------	------------------------------------

Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pela Corregedora-Geral de Justiça e Juízes Auxiliares da CGJ. Eu, Paola Watrin Pimenta Menescal, digitei e subscrevi.

Desembargadora ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
Corregedora-Geral de Justiça

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA
Juiz Auxiliar da Corregedoria

HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO
Juiz Auxiliar da Corregedoria

